



Relatório de Gestão e Contas 2011

Órgãos Sociais do BRE em 2011/2013

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Dr. José Roberto Salgado

Secretário: Dra. Ângela Paula Gomes de Andrade

Conselho de Administração

Presidente: Dr. José Roberto Salgado

Vice-Presidente: Dr. Pauto Gouvêa

Vogal: Dr. Cláudio Eustáquio da Silva

Vogal: Dr. Francisco de Assis Morais Pinto Coelho

Vogal: Dra. Ângela Paula Gomes de Andrade

Vogal: Dr. Luís Filipe Patrício Rodrigues

Comissão Executiva

Presidente: Dr. José Roberto Salgado

Vogal: Dr. Cláudio Eustáquio da Silva

Vogal: Dr. Luís Filipe Patrício Rodrigues

Conselho Fiscal

Presidente: Dra. Aurora Fernanda Vicente da Silva Baptista

Vogal: Dr. João Carlos de Almeida Fernandes

Vogal: Dr. João Pedro Gomes Pereira de Matos

Suplente: Dr. Hernâni Manuel da Silva Duarte

ROC

Deloitte & Associados SROC SA, representada por Dr. José Antonio Mendes Garcia Barata

Funchal, 30 de Março de 2012.

Índice

1- Relatório de Gestão

2- Demonstrações Financeiras

- *Balanço*
- *Demonstrações de Resultados*
- *Demonstrações das Alterações no Capital Próprio*
- *Demonstrações no Fluxo de Caixa*
- *Anexo às Demonstrações Financeiras*

3- Certificação Legal das Contas

4- Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

5- Extracto da Acta n.º 40 da reunião da Assembleia-geral



Relatório de Gestão do Conselho de Administração Exercício de 2011

Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração do Banco Rural Europa S.A., dando cumprimento aos preceitos legais e estatutários, submete à apreciação de V.Ex.^{as} as demonstrações financeiras referentes ao período findo em 31 de Dezembro de 2011, juntamente com os pareceres do Conselho Fiscal e do ROC.

Conforme proposta que vinha sendo discutida desde 2009, ao longo do último ano estivemos de forma muita atenta e ativa a redefinir a estrutura do BRE tendo em conta o término dos benefícios fiscais.

Em 2011, mantivemos a mesma atuação na área de negócios, cujo *core business* permanece o mesmo desde o início da atividade do Banco e, através da mesma, conseguimos alcançar resultados satisfatórios com bons índices de solvabilidade e liquidez, fatores que confirmam, mais uma vez, o crescimento e a estabilidade financeira da instituição.

No decorrer do ano findo, não foram autorizados ou concedidos operações de crédito ou equiparadas entre a Instituição e os membros dos órgãos sociais.

1/10



ATIVIDADE DA SOCIEDADE

A atividade do Banco Rural Europa, S.A., tem-se centrado nos seguintes segmentos de negócios:

- Financiamento de Comércio Exterior (*Trade Finance*), em especial, para empresas brasileiras e associadas no exterior, em operações direccionadas para a Europa e África;
- Operações de captação de *private banking*;
- Disponibilização de linhas de crédito/fundo de maneiio para clientes do Sistema Financeiro Rural ou com ligações comerciais e empresariais com o grupo;
- Abertura de contas em Euros e USD para empresas e pessoas singulares com o intuito de captar recursos para serem utilizados no seu negócio;
- Câmbio de moedas estrangeiras, compra/venda de activos e custódia de papéis;
- *Clearing* para bancos no estrangeiro e para empresas do Grupo (Linhas e Aplicações);
- Prestação de serviços no âmbito de Cobranças bancárias - conforme estipulado na "ICC Publication n.º 522";
- Emissão de cartas de crédito e garantias bancárias de acordo com a "UCP - 600";

2/10



DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO

Apesar do enquadramento internacional no ano de 2011, o ativo líquido do BRE seguiu a tendência de crescimento, ainda que ligeiramente face ao ano anterior, cerca de 2%. Este aumento deveu-se à conversão de parte das aplicações do banco em crédito, resultando um aumento de cerca de 55% da carteira de crédito. O nível de captação de fundos quer junto a clientes, quer junto de instituições financeiras mantem-se idêntico ao período passado.

Ao contrário dos resultados de 2010, que aumentaram em cerca de 52%, em 2011 o BRE registou uma redução de cerca de 70%. Este decréscimo acentuado foi fortemente influenciado pelo aumento dos gastos administrativos, na preparação do Banco para a sua nova etapa corporativa de banco local, e pelo impacto da instabilidade do euro face ao dólar em 2011.

Os gastos administrativos cresceram cerca de 200% face a 2010, aumento que se deveu, sobretudo, a despesas relacionadas com a transformação do BRE em banco atuando junto de clientes nacionais e a patrocínios concedidos a desportistas no sentido de criar *brand awareness*. Por sua vez, o impacto da instabilidade do mercado de câmbio durante 2011 resultou que o BRE tivesse incorrido numa perda cambial de cerca de 550.000 Euros, enquanto em 2010, o BRE registou um ganho de 32.000 Euros.

Embora o produto bancário continue positivo, este teve um ligeiro decréscimo (cerca de 9%), muito influenciado pela perda cambial verificada no ano. No entanto, a margem financeira continua a crescer (cerca de 8%), indicando que o BRE continua a ter um diferencial entre os juros ativos e passivos apreciável.

3/10



Outro aspecto que contribuiu para o decréscimo do resultado deste exercício foi o reforço da imparidade sobre a carteira de crédito, de cerca de 110.000 Euros, que se deveu ao aumento significativo da carteira de crédito que aumentou de cerca 16 Milhões de Euros para 24 Milhões de Euros.

O reforço da imparidade em 2010, que é mínimo face ao aumento global da carteira, demonstra que o banco tem mantido uma política conservadora de gestão de risco, que se consubstancia nos seguintes factos:

- Bom nível de qualidade dos activos de crédito, que implica a quase inexistência de risco de crédito, como ficou demonstrado em 2010, com a reversão da imparidade reconhecida em 2009, e ainda a qualidade pelas garantias prestadas para tais operações;
- Equilíbrio entre prazos de captação e de aplicação (com referência a 31 de Dezembro de 2011, o *mismatching* entre as operações activas e passivas do Banco não é significativo);
- A liquidez do Banco está relativamente assegurada. Embora os depósitos captados à vista tenham expressão, o Banco tem a sua carteira de investimento baseada em papéis de curto prazo e de fácil conversão. A política de liquidez seguida pelo Banco é considerada adequada para um cenário normal de operações. O Banco tenta, sempre que possível, coincidir as maturidades dos ativos e passivos. O Conselho de Administração não espera situações extremas no mercado Europeu e principalmente Brasileiro, que implique uma corrida aos depósitos;
- O risco de exposição cambial (sobretudo em relação ao USD) é reduzido, uma vez que o Banco tem cumprido os limites estabelecidos para a exposição cambial;

4/10



- O risco de taxa de juro é igualmente reduzido, uma vez que as taxas praticadas para as operações ativas são superiores às taxas negociadas nas operações passivas;
- A mitigação de risco de mercado assenta no fato de a carteira de investimentos ser composta, sobretudo, por depósitos de curto prazo em instituições financeiras credíveis e estáveis; e
- A estabilidade dos investidores (o acionista maioritário continua a ser o Banco Rural, S.A.).

POLÍTICAS DE REMUNERAÇÕES

A política de remuneração do Banco tem sido dada ao cumprimento do previsto e determinado pelo acordo do ACTV para o setor bancário e conforme política interna de remuneração.

Após revisão, informamos que não houve nenhuma alteração nos critérios remuneratórios da instituição.

De acordo com o consagrado na Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, complementado com os requisitos estipulados no Aviso n.º 10/2011, de 29 de Dezembro, informamos as remunerações pagas no ano de 2011 aos membros dos órgãos de administração, fiscalização e *compliance*.

Conselho de Administração:

Ângela Paula Gomes Andrade	Euros 66.010,14
----------------------------	-----------------

5/10



Cláudio Eustáquio da Silva	Euros 79.042,24
José Roberto Salgado	Euros 39.618,38
Luís Filipe Patrício Rodrigues	Euros 9.854,80
Total	Euros 194.525,56

Nota: Os demais administradores, Dra. Kátia Rabello, Dr. Plauto Gouvêa e Dr. Francisco de Assis Coelho não foram remunerados.

Conselho Fiscal:

Aurora Fernanda Vicente da S. Baptista	Euros 2.812,50
Carlos Alexandre de Pádua Corte-Real	Euros 1.875,00
Ricardo Manuel Duarte Vidal de Castro	Euros 1.875,00
João Pedro Gomes Pereira de Matos	Euros 937,50
João Carlos de Almeida Fernandes	Euros 937,50
Total	Euros 8.437,50

Compliance Officer Euros 13.916,41

PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO PARA 2012

Com o termo dos incentivos fiscais atribuídos às instituições financeiras registadas no Centro Internacional de Negócios da Madeira, em 31 de Dezembro de 2011, os acionistas manifestam o propósito de atuar no continente europeu, em uma estrutura *local*, alargando, assim, seu relacionamento com clientes no mercados Português e Espanhol, mas mantendo, contudo, a oferta de produtos e a estrutura atuais

6/10



– sem balcões, uma vez que terá como foco, nomeadamente, pequenos e médios investidores.

Vale dizer que a internacionalização do Banco Rural Europa, S.A. compreende, para além de toda a Europa, o continente africano. O que se projeta, portanto, para tendências futuras na vertente mercantil é focar as possibilidades de negócios oferecidas pelo mercado financeiro internacional, nomeadamente nesses dois continentes.

Embora a crise continue a gerar dificuldades no mercado financeiro mundial, nomeadamente na captação de linhas de crédito entre as várias instituições, bem como o agravamento das taxas de juro e a instabilidade das principais moedas, nomeadamente o EURO e o USD, o Banco Rural Europa, S.A. acredita que deve manter uma boa capacidade negocial, adequar a estrutura do Banco para suportar com eficiência e qualidade as exigências dos clientes, dos órgãos de fiscalização, bem como dos acionistas.

Prevê-se um crescimento, gradual do Banco, uma vez que os indicadores de *stress* do Banco de Portugal, claramente assentam na premissa de que a recessão continuará durante os próximos anos.

As consequências da crise ainda prevalecerão por mais algum tempo. A queda do crédito norte-americano, a crise financeira na Europa, a crise política nos países Árabes que reflecte diretamente no preço do petróleo, o movimento especulativo da variação cambial, a dificuldade ao acesso ao crédito e a consequente incapacidade de liquidez dos clientes são ameaças que se mantêm e cabe ao banco tê-la sob controle.

7/10



A visão do Banco Rural Europa, S.A., porém, é de que o consumo continue em demanda positiva e será esse movimento que propiciará a continuidade do crescimento económico dos países emergentes e estabilização dos mercados actualmente em crise.

O Banco Rural Europa, S.A tem como desafio finalizar o processo de instalação e funcionamento em Lisboa, dando continuidade ao seu objeto social, atendendo assim aos negócios com clientes Portugueses e Espanhóis. Embora na Europa se espere a continuação da recessão, no Brasil, a expectativa é de que a economia cresça cerca de 3,3% em 2012, o que consubstanciará o ponto-chave para perspectivas positivas à concorrência. Uma vez que a nossa casa-mãe está nesse país sediada, esta instituição visa participar desse movimento procurando estar presente em situações operacionais que o possam, assim, o beneficiar.

O boletim FOCUS do Banco Central do Brasil projetou, em Dezembro de 2011, que o investimento direto estrangeiro será de 55 mil milhões de dólares americanos para 2012 (40 mil milhões de dólares americanos em 2010), indicando uma clara aposta dos mercados internacionais na economia brasileira, fruto da estabilidade política do país.

PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DE RESULTADOS

No período findo em 31 de Dezembro de 2011, foi apurado um resultado líquido positivo no valor de 672.097,23 Euros, propondo-se a seguinte aplicação:

- Lucro a distribuir aos acionistas no montante de Euros 643.700,00 (seiscentos e quarenta e três mil e setecentos euros) na proporção das suas ações, correspondendo a dez cêntimos por ação.

8/10



- O montante de 28.397,23 (vinte oito mil trezentos e noventa e sete euros e vinte e três cêntimos) a transitar para a conta de Resultados Transitados.

AGRADECIMENTOS

Começamos por agradecer aos Senhores Acionistas, por todo o apoio prestado ao Banco e pelo compromisso expresso de forma concreta e consistente a cada exercício.

Os nossos agradecimentos a toda equipa de funcionários e colaboradores pelo seu empenho e dedicação sempre renovados.

Aos nossos clientes, um especial agradecimento por nos honrar com a sua confiança e parceria.

Funchal, 22 de Fevereiro de 2012.

O Conselho de Administração

José Roberto Salgado

Presidente

9/10



Plauto Gouvêa
Vice-Presidente

Cláudio E. da Silva
Vogal

Francisco de Assis
Vogal

Angela Andrade
Vogal

Luís Rodrigues
Vogal

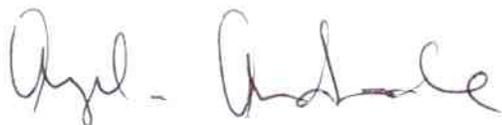
BANCO RURAL EUROPA, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2011		2010		PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2011	2010
		Activo bruto	Provisões, imparidade e amortizações	Activo líquido	Activo líquido				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	161.942	-	161.942	121.609	Recursos de outras instituições de crédito	10	1.454.642	1.114.834
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	15.984.919	-	15.984.919	5.072.458	Recursos de clientes	11	11.284.686	11.575.569
Aplicações em instituições de crédito	6	12.528.818	-	12.528.818	30.970.703	Derivados de cobertura	12	363.929	96.180
Crédito a clientes	7	24.324.326	-	24.324.326	15.896.458	Provisões	13	148.006	39.701
Outros activos tangíveis	8	341.744	(135.535)	206.209	89.060	Outros passivos	14	217.545	131.810
Activos intangíveis	8	24.970	(23.960)	1.010	1.815	Total do passivo		13.468.808	12.958.094
Outros activos	9	160.034	-	160.034	32.344				
						Capital	15	32.185.000	32.185.000
						Outras reservas e resultados transitados	16	7.041.353	4.912.275
						Resultado líquido do exercício	16	672.097	2.129.078
						Total do capital próprio		39.898.450	39.226.353
Total do activo		<u>53.526.753</u>	<u>(159.495)</u>	<u>53.367.258</u>	<u>52.184.447</u>	Total do passivo e do capital próprio		<u>53.367.258</u>	<u>52.184.447</u>

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



O Anexo faz parte integrante destes balanços.

BANCO RURAL EUROPA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2011	2010
Juros e rendimentos similares	17	3.259.636	3.130.731
Juros e encargos similares	17	(312.681)	(393.673)
Margem financeira		2.946.955	2.737.058
Rendimentos de serviços e comissões		78.935	16.098
Encargos com serviços e comissões		(19.610)	(8.005)
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	20	(555.513)	31.986
Outros resultados de exploração		17.994	(54.010)
Produto bancário		2.468.761	2.723.127
Custos com pessoal	18	(498.874)	(500.243)
Gastos gerais administrativos	19	(1.162.932)	(412.973)
Depreciações e amortizações	8	(26.553)	(21.306)
Provisões líquidas de reposições e anulações	13	(108.305)	340.473
Resultado antes de impostos		672.097	2.129.078
Resultado do exercício		672.097	2.129.078
Rendimento integral do exercício		672.097	2.129.078
Número médio de ações ordinárias emitidas	15	6.437.000	6.437.000
Resultado por ação (Euros)		0,10	0,33

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO RURAL EUROPA, S.A.

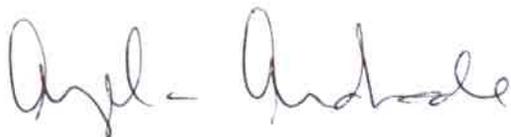
DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

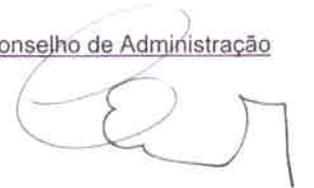
(Montantes expressos em Euros)

	<u>Capital</u>	<u>Outras reservas e resultados transitados</u>	<u>Resultado do exercício</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1 de Janeiro de 2010	32.185.000	3.516.498	1.395.777	37.097.275
Distribuição do resultado do exercício de 2009:				
· Incorporação em reservas	-	1.395.777	(1.395.777)	-
Rendimento integral do exercício de 2010	-	-	2.129.078	2.129.078
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	<u>32.185.000</u>	<u>4.912.275</u>	<u>2.129.078</u>	<u>39.226.353</u>
Distribuição do resultado do exercício de 2010:				
· Incorporação em reservas	-	2.129.078	(2.129.078)	-
Rendimento integral do exercício de 2011	-	-	672.097	672.097
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	<u>32.185.000</u>	<u>7.041.353</u>	<u>672.097</u>	<u>39.898.450</u>

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO RURAL EUROPA, S.A.

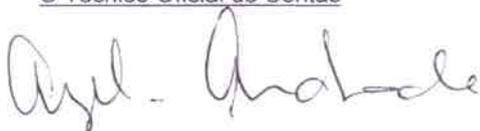
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2011 E 2010

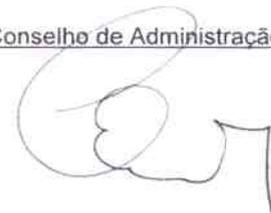
(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais</u>			
Recebimento de juros e comissões		3.338.571	3.146.829
Pagamento de juros e comissões		(332.291)	(401.678)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores		(1.661.806)	(913.216)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à actividade operacional		(537.519)	(22.024)
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais		<u>806.955</u>	<u>1.809.911</u>
<u>(Aumentos) diminuições nos activos operacionais:</u>			
Aplicações em instituições de crédito		18.441.885	(5.631.808)
Crédito a clientes		(8.319.563)	(4.737.673)
Investimentos financeiros detidos até à maturidade		-	10.039.065
Outros activos		(127.690)	(5.117)
		<u>9.994.632</u>	<u>(335.533)</u>
<u>Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:</u>			
Recursos de outras instituições de crédito		339.808	(883.025)
Recursos de clientes e outros empréstimos		(290.883)	3.893.896
Derivados de cobertura		267.749	(17.237)
Outros passivos		85.734	32.280
		<u>402.408</u>	<u>3.025.914</u>
Caixa líquida das actividades operacionais		<u>11.203.995</u>	<u>4.500.292</u>
<u>Fluxos de caixa de actividades de investimento</u>			
<u>(Aumentos) diminuições nos activos de investimento:</u>			
Activos tangíveis e intangíveis		(251.201)	(38.649)
Caixa líquida das actividades de investimento		<u>(251.201)</u>	<u>(38.649)</u>
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes		10.952.794	4.461.643
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4 e 5	5.194.067	732.424
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4 e 5	16.146.861	5.194.067

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Rural Europa, S.A. (Banco), foi constituído por escritura de 12 de Fevereiro de 1999, tendo iniciado a sua actividade em 17 de Junho de 1999. O Banco está autorizado pelo Banco de Portugal a operar de acordo com as directrizes reguladoras da actividade bancária vigentes em Portugal, tendo por objecto a realização de todas as operações bancárias e a prestação de todos os serviços legalmente consentido aos bancos.

A partir de 31 de Dezembro de 2011, as operações das instituições de crédito e Sociedades Financeiras instaladas na Zona Franca da Madeira deixaram de estar isentas de imposto sobre o rendimento das Pessoas Colectivas e outros impostos. Nesse sentido, o Banco informou o Banco de Portugal da sua decisão de passar a operar com clientes, residentes ou não, encontrando-se actualmente a integrar o seu novo modelo de negócio. Adicionalmente, em Assembleia Geral realizada em 1 de Fevereiro de 2012 foi aprovada a alteração da sede social do Banco para o seu escritório em Lisboa (Nota 25).

Para realização das suas operações, o Banco dispõe de dois escritórios localizados na Ilha da Madeira e em Lisboa.

O Banco é detido pelo Banco Rural, S.A. e, conseqüentemente, as suas operações e transacções são influenciadas pelas decisões do Grupo em que se insere.

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 24 de Fevereiro de 2012.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), conforme estabelecido no Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e nas Instruções nº 23/2004 e nº 9/2005, do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo número 3 do Artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro.

As NCA correspondem genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adoptadas pela União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) Nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal, excepto nos seguintes temas:

- i. Valorimetria do crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (crédito e contas a receber) – os créditos devem ser registados ao seu valor nominal;
- ii. Provisionamento do crédito e valores a receber – mantém-se o normativo anterior, o qual determina níveis mínimos de provisionamento de acordo com o disposto no Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal, com as alterações introduzidas pelos Avisos nº 8/03 e nº 3/05 do Banco de Portugal. Adicionalmente, o provisionamento de responsabilidades representadas por aceites, garantias e outros instrumentos de natureza análoga encontra-se abrangido no âmbito de aplicação deste normativo;
- iii. Valorização de activos tangíveis – a possibilidade de mensuração de activos tangíveis pelo seu justo valor conforme previsto no IAS 16, encontra-se restrita no âmbito do nº 4 do Aviso 1/2005.

Excepto no que diz respeito a matérias reguladas pelo Banco de Portugal, tal como referido acima, em 2011 o Banco utilizou as Normas e Interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) que são relevantes para as suas operações e efectivas para os períodos iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2009, desde que aprovadas pela União Europeia.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

As normas (novas ou revistas) e interpretações, aplicáveis à actividade do Banco e reflectidas nas demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2011, foram as seguintes:

- IAS 24 – Divulgações de partes relacionadas: esta revisão vem trazer algumas clarificações relacionadas com as divulgações a efectuar de partes relacionadas, em particular no tocante a entidades ligadas à administração pública. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2011. A aplicação destas alterações não teve impacto nas demonstrações financeiras apresentadas.
- IAS 32 – Emenda (Classificação das emissões de direitos): esta emenda vem clarificar em que condições os direitos emitidos podem ser classificados como instrumentos de capital próprio. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Fevereiro de 2010. A aplicação destas alterações não teve impacto nas demonstrações financeiras apresentadas.
- IFRIC 14 – Emenda (Pré-pagamento de um requisito de financiamento mínimo): esta emenda vem suprimir uma consequência não intencional decorrente do tratamento de pré-pagamentos de futuras contribuições em circunstâncias em que é aplicável um requisito de financiamento mínimo. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2011. A aplicação destas alterações não teve impacto nas demonstrações financeiras apresentadas.
- IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros através de instrumentos de capital próprio: esta interpretação vem fornecer orientações sobre a contabilização das transacções em que os termos de um passivo financeiro são renegociados e resultam numa emissão pela entidade de instrumentos de capital próprio em favor de um seu credor com a resultante extinção da totalidade ou de parte desse passivo financeiro. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Julho de 2010. A aplicação destas alterações não teve impacto nas demonstrações financeiras apresentadas.
- IFRS 1 – Adopção Pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro: esta emenda vem simplificar as obrigações de divulgação de comparativos relativamente a instrumentos financeiros na adopção pela primeira vez das IFRS de acordo com a IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações. A aplicação destas alterações não teve impacto nas demonstrações financeiras apresentadas.
- Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – 2010: este processo envolveu a revisão de 8 normas contabilísticas, regra geral, com aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 30 de Junho de 2010. A aplicação destas alterações não teve impactos nas demonstrações financeiras apresentadas.

Em 31 de Dezembro de 2011, encontravam-se disponíveis para adopção antecipada as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações, já adoptadas pela União Europeia:

- IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações: esta revisão vem aumentar os requisitos de divulgação relativamente a transacções que envolvam a transferência de activos financeiros. Pretende garantir maior transparência em relação à exposição a riscos quando activos financeiros são transferidos e a entidade que os transfere mantém algum envolvimento (exposição) nos mesmos. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Julho de 2011.
- IAS 19 – Benefícios dos empregados: esta revisão vem eliminar o método do corredor, introduzindo requisitos adicionais de divulgação. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.

Estas normas apesar de aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, não foram adoptadas pelo Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adopção das mesmas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Adicionalmente, até à data de aprovação das demonstrações financeiras do Banco, a Norma IFRS 9 – “Instrumentos financeiros” não foi ainda endossada pela União Europeia. Esta Norma utiliza uma abordagem única para determinar a contabilização de um activo financeiro ao custo amortizado ou ao justo valor, simplificando a classificação face à Norma IAS 39. A classificação depende das características contratuais do activo e da forma como é efectuada a sua gestão. Esta Norma não abrange os passivos financeiros. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2015.

2.2. Uso de estimativas na preparação das Demonstrações Financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras, foram efectuados julgamentos e elaboradas estimativas pela Gestão, os quais, face à melhor informação disponível à data, se consideraram ser os mais adequados na definição das políticas contabilísticas a adoptar pelo Banco.

2.3. Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que se realizaram. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio em vigor à data de balanço. Os activos não monetários que se encontrem valorizados pelo seu justo valor são convertidos para a moeda funcional considerando a taxa de câmbio em vigor na data de realização da última valorização. Os activos não monetários registados ao custo histórico, encontram-se registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas em resultados do exercício.

2.4. Instrumentos financeiros

a) Crédito a clientes e valores a receber de outros devedores

Valorimetria

O crédito a clientes e valores a receber encontram-se registados pelo seu valor nominal. Os proveitos com juros e comissões ou outros custos directos associados a estas operações são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo diferidos ao longo do respectivo período de vigência da operação de acordo com o método “pro rata temporis”, caso se tratem de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês.

Provisionamento

De acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, de 30 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Aviso 8/2003, de 30 de Janeiro e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal, o Banco constituiu as seguintes provisões para riscos de crédito:

i. Provisão para crédito e juros vencidos

Destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. As percentagens provisionadas do crédito e juros vencidos dependem do tipo de garantias existentes e são função crescente do período decorrido desde a data de incumprimento.

ii. Provisão para riscos gerais de crédito

Nos termos do Aviso 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, o Banco constitui uma provisão de carácter genérico, destinada a fazer face aos riscos de cobrança do crédito concedido, a qual é calculada aplicando uma percentagem de 1% à totalidade do crédito não vencido, incluindo garantias e avales prestados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

b) Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos concedidos e contas a receber são activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, e os quais não foram adquiridos com intenção de negociação no curto prazo (activos financeiros para negociação) ou classificados numa das restantes categorias de activos financeiros (activos financeiros ao justo valor através de resultados ou activos financeiros disponíveis para venda).

São enquadráveis nesta categoria os valores a receber de outras instituições de crédito. No seu reconhecimento inicial, o Banco regista estes activos pelo seu justo valor, o qual corresponde aos montantes desembolsados e inclui outros custos e proveitos directamente associados à realização da operação. Subsequentemente, estes activos são registados ao seu custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade e provisões constituídas para risco-país.

Os proveitos com juros e comissões ou outros custos directos associados a activos classificados nesta categoria, são reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

c) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Esta categoria inclui essencialmente recursos de outras instituições de crédito e de clientes.

Subsequentemente, estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os encargos com juros, reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

d) Derivados e contabilidade de cobertura

O Banco realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua actividade, com o objectivo de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são reflectidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respectivo valor nocional.

Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados activos (por exemplo, no que respeita a futuros transaccionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo cash-flows descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados de cobertura

Tratam-se de derivados contratados com o objectivo de cobertura da exposição do Banco a um determinado risco inerente à sua actividade. A classificação como derivados de cobertura e a utilização do conceito de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, estão sujeitas ao cumprimento das regras definidas na Norma IAS 39.

Em 31 de Dezembro de 2011, o Banco apenas utiliza coberturas de exposição à variação do justo valor dos instrumentos financeiros registados em balanço, denominadas "Coberturas de justo valor".

Para todas as relações de cobertura, o Banco prepara no início da operação documentação formal, que inclui os seguintes aspectos:

- Objectivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas pelo Banco;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Periodicamente, são efectuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a Norma IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efectuados testes de eficácia prospectivos, de forma a demonstrar a expectativa da eficácia futura da cobertura.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, o Banco reflecte igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto. O impacto destas valorizações é reflectido em rubricas de "Resultados em operações financeiras". No caso de derivados que tenham associada uma componente de juros (como por exemplo, swaps de taxa de juro) a periodificação de juros relativa ao período em curso e os fluxos liquidados são reflectidos em "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares", da demonstração dos resultados.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no activo e passivo, respectivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são reflectidas nas rubricas onde se encontram registados esses activos e passivos.

2.5. Outros activos tangíveis

A rubrica de outros activos tangíveis inclui obras em edificios arrendados e equipamentos, as quais se encontram registadas ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas de imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas com base no método das quotas constantes de acordo com a vida útil estimada do bem, a qual apresenta as seguintes características:

	Anos de vida útil
Obras em edificios arrendados	10
Equipamento:	
Mobiliário e material	8
Máquinas e ferramentas	5
Equipamento informático	3
Instalações interiores	4 - 5
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	4
Outro equipamento	8

2.6. Activos intangíveis

O Banco regista nesta rubrica despesas com a aquisição de software, as quais se encontram registadas ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são registadas segundo o método das quotas constantes de acordo com a vida útil estimada dos bens, a qual é de três anos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

2.7. Impostos sobre lucros

Dado o Banco encontrar-se sediado na Zona Franca da Madeira, ao abrigo do artigo 33º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, as suas operações estiveram isentas de imposto sobre o rendimento das Pessoas Colectivas e outros impostos até 31 de Dezembro de 2011.

A isenção de IRC consagrada no artigo 33º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF) relativamente às instituições de crédito e Sociedades Financeiras instaladas na Zona Franca da Madeira encontra-se sujeita às seguintes restrições:

- Não realização de quaisquer operações com residentes em território português ou com estabelecimento estável de um não residente aí situado, exceptuadas as entidades instaladas nas zonas francas que não sejam instituições de crédito, sociedades financeiras ou sucursais financeiras que realizem operações próprias da sua actividade com residentes ou estabelecimentos estáveis de não residentes.
- Não realização de quaisquer operações com não residentes relativas a instrumentos financeiros derivados, excepto quando essas operações tenham como objectivo a cobertura de operações activas e passivas afectas à estrutura instalada nas zonas francas.

A partir de 31 de Dezembro de 2011 as operações das instituições de crédito e Sociedades Financeiras instaladas na Zona Franca da Madeira deixaram de estar isentas de imposto sobre o rendimento das Pessoas Colectivas e outros impostos.

2.8. Benefícios dos empregados

O Banco subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) para o Sector Bancário, tendo assumido responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência aos seus empregados ou as suas famílias. Para este efeito, o Banco constituiu um plano de pensões de benefício definido. As pensões pagas são função do tempo de serviço prestado pelos trabalhadores e da respectiva retribuição à data da reforma, sendo actualizadas anualmente com base nas remunerações previstas no ACTV para o pessoal no activo.

O valor das responsabilidades do Banco é determinado anualmente por actuários independentes, através do método "Unit Credit Projected", em conformidade com os pressupostos actuariais que se considerem reflectir mais adequadamente a realidade do Banco.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente realizados relativos às responsabilidades e ao rendimento do fundo de pensões não afectam o resultado do exercício, sendo registados numa rubrica de activo ou passivo ("corredor"), desde que o respectivo montante não exceda 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões, dos dois o maior, reportados ao final do exercício que serve de referencial para cálculo dos desvios.

Caso existam desvios actuariais e financeiros superiores aos limites acima referidos, estes devem ser registados por contrapartida de resultados ao longo do período médio remanescente de serviço do pessoal no activo abrangido pelo plano.

Em 31 de Dezembro de 2011, foi publicado o Decreto-Lei n.º 127/2011, que determina a transmissão das responsabilidades e activos dos fundos de pensões de um conjunto de instituições financeiras para a Segurança Social, tendo, no entanto, o Banco sido excluído dessa obrigação.

2.9. Fundo de Garantia de Depósitos

Conforme previsto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, o Fundo de Garantia de Depósitos tem como objectivo garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito que nele participam, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. As contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como custo no exercício a que dizem respeito.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
 (Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

2.10. Caixa e seus equivalentes

Para elaboração da demonstração de fluxos de caixa, inclui-se no saldo de "Caixa e seus equivalentes" o total das rubricas "Caixa e disponibilidades em bancos centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito".

3. RELATO POR SEGMENTOS

A actividade do Banco desempenha-se integralmente na Zona Franca da Madeira, com clientes não residentes, sendo as suas linhas de negócio essencialmente as seguintes:

Banca comercial: Inclui todas as operações com clientes particulares.

Comércio externo: Inclui todas as restantes operações.

No decorrer dos exercícios findos de 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a repartição do balanço e do produto bancário por linhas de negócio, é apresentada de seguida:

	2011			2010		
	Comércio Externo	Banca Comercial	Total	Comércio Externo	Banca Comercial	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	161.942	-	161.942	121.609	-	121.609
Disponibilidades em outras instituições de crédito	15.984.919	-	15.984.919	5.072.458	-	5.072.458
Aplicações em instituições de crédito	4.275.456	8.253.362	12.528.818	25.404.679	5.566.024	30.970.703
Crédito a clientes	23.926.981	397.345	24.324.326	15.890.152	6.306	15.896.458
Outros	367.253	-	367.253	123.219	-	123.219
Activo líquido total	44.716.551	8.650.707	53.367.258	46.612.117	5.572.330	52.184.447
Recursos de outras instituições de crédito	1.454.642	-	1.454.642	1.114.834	-	1.114.834
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.633.979	8.650.707	11.284.686	6.003.239	5.572.330	11.575.569
Outros	729.480	-	729.480	267.691	-	267.691
Passivo Total	4.818.101	8.650.707	13.468.808	7.385.764	5.572.330	12.958.094

	2011			2010		
	Comércio Externo	Banca Comercial	Total	Comércio Externo	Banca Comercial	Total
Juros e rendimentos similares	3.031.524	228.112	3.259.636	2.872.519	258.212	3.130.731
Juros e encargos similares	(84.569)	(228.112)	(312.681)	(135.461)	(258.212)	(393.673)
Margem Financeira	2.946.955	-	2.946.955	2.737.058	-	2.737.058
Rendimentos de serviços e comissões	78.935	-	78.935	16.098	-	16.098
Encargos com serviços e comissões	(19.610)	-	(19.610)	(8.005)	-	(8.005)
Resultados de reavaliação cambial	(555.513)	-	(555.513)	31.986	-	31.986
Outros resultados de exploração	17.994	-	17.994	(54.010)	-	(54.010)
Produto bancário	2.468.761	-	2.468.761	2.723.127	-	2.723.127

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
 (Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

4. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Caixa	930	381
Depósitos à ordem em Bancos Centrais	161.012	121.228
	<u>161.942</u>	<u>121.609</u>
	=====	=====

De acordo com o Regulamento nº 2.818/98, de 1 de Dezembro, emitido pelo Banco Central Europeu, a partir de 1 de Janeiro de 1999 as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas a constituição de reservas mínimas em contas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes. A base de incidência compreende todos os depósitos em Bancos Centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da zona Euro e todos os depósitos de clientes inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 2% e abatido um montante de 100.000 euros. As reservas mínimas exigidas são remuneradas à média das taxas das operações principais de refinanciamento do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

5. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Depósitos à ordem		
· No País	9.261.586	89.450
· No Estrangeiro	6.723.333	4.983.008
	<u>15.984.919</u>	<u>5.072.458</u>
	=====	=====

6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Empréstimos no estrangeiro		
· Banco Rural, S.A. (Nota 23)	7.085.571	6.485.810
Aplicações de compra com acordo de revenda		
· Bank Winter & Co	4.850.000	10.000.000
Depósitos a prazo no estrangeiro		
· The Winterbotham Trust Company Ltd.	-	6.500.000
· Bank Winter & Co	-	4.000.000
· Rural International Bank (Nota 23)	-	753.630
Aplicações a muito curto prazo		
· Banco Brasil – Londres	-	2.423.230
	<u>11.935.571</u>	<u>30.162.670</u>
Juros a receber	593.247	808.033
	<u>12.528.818</u>	<u>30.970.703</u>
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Aplicações de compra com acordos de revenda" diz respeito a títulos de dívida pública europeia adquiridos pelo Banco e para os quais existe um acordo de revenda, ao valor nominal, a uma entidade terceira.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as aplicações em instituições de crédito vencem juros às taxas médias anuais de 7,68% e 6,20%, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
 (Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

7. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>Crédito ao exterior</u>		
Créditos em conta corrente	198.015	1.327.793
Financiamentos à exportação	23.958.194	14.353.931
	-----	-----
	24.156.209	15.681.724
<u>Comissões associadas ao custo amortizado</u>		
Receitas com rendimento diferido	(91.796)	-
	-----	-----
	24.064.413	15.681.724
Juros a receber	259.913	214.734
	-----	-----
	24.324.326	15.896.458
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os financiamentos concedidos à exportação vencem juros às taxas médias anuais de 9,47% e 8,41%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as operações de crédito sob a forma de financiamento à exportação concedido a entidades Brasileiras não se encontram sujeitas à constituição de provisão para risco-país.

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica "Comissões associadas ao custo amortizado - Receitas com rendimento diferido" corresponde a comissões recebidas no âmbito de três operações de crédito, no montante total de 7.500.000 Euros, e que se encontram a ser diferidas até à data de vencimento das operações.

Para fazer face a eventuais problemas de realização destes créditos, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o Banco dispõe ainda de provisões para riscos gerais de crédito nos montantes de 148.006 Euros e 39.701 Euros, respectivamente (Nota 13).

8. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Outros activos tangíveis" e "Activos intangíveis" durante os exercícios de 2011 e 2010 foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2010			Valor bruto			Saldo em 31-12-2011		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
<u>Outros activos tangíveis</u>									
Obras em imóveis arrendados	19.780	(6.923)	12.857	24.285	-	(3.799)	44.065	(10.722)	33.343
Equipamento									
Mobiliário e material	38.608	(21.442)	17.166	1.710	-	(3.893)	40.318	(25.335)	14.983
Máquinas e ferramentas	35.454	(17.116)	18.338	2.728	-	(5.077)	38.182	(22.193)	15.989
Equipamento informático	57.850	(45.274)	12.576	13.539	5.950	(2.609)	77.339	(47.883)	29.456
Instalações interiores	17.455	(14.082)	3.373	16.685	-	(2.944)	34.140	(17.026)	17.114
Material de transporte	29.700	(4.950)	24.750	-	-	(7.426)	29.700	(12.376)	17.324
Activos tangíveis em curso	-	-	-	83.950	(5.950)	-	78.000	-	78.000
	198.847	(109.787)	89.060	142.897	-	(25.748)	341.744	(135.535)	206.209
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
<u>Activos intangíveis</u>									
Sistema de tratamento automático de dados	24.970	(23.155)	1.815	-	-	(805)	24.970	(23.960)	1.010
	223.817	(132.942)	90.875	142.897	-	(26.553)	366.714	(159.495)	207.219
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

	Saldos em 31-12-2009			Valor bruto		Amortizações		Saldos em 31-12-2010		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Aquisições	Abates / alienações	Amortizações do exercício	Abates / alienações	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Outros activos tangíveis										
Obras em imóveis arrendados	19.780	(4.945)	14.835	-	-	(1.978)	-	19.780	(6.923)	12.857
Equipamento										
Mobiliário e material	39.026	(19.422)	19.604	1.455	(1.873)	(3.893)	1.873	38.608	(21.442)	17.166
Máquinas e ferramentas	33.054	(12.636)	20.418	2.400	-	(4.480)	-	35.454	(17.116)	18.338
Equipamento informático	54.847	(42.074)	12.773	3.003	-	(3.200)	-	57.850	(45.274)	12.576
Instalações interiores	17.455	(12.146)	5.309	-	-	(1.936)	-	17.455	(14.082)	3.373
Material de transporte	31.000	(31.000)	-	29.700	(31.000)	(4.950)	31.000	29.700	(4.950)	24.750
	<u>195.162</u>	<u>(122.223)</u>	<u>72.939</u>	<u>36.558</u>	<u>(32.873)</u>	<u>(20.437)</u>	<u>32.873</u>	<u>198.647</u>	<u>(109.787)</u>	<u>88.860</u>
Activos intangíveis										
Sistema de tratamento automático de dados	22.879	(22.286)	593	2.091	-	(869)	-	24.970	(23.155)	1.815
	<u>218.041</u>	<u>(144.509)</u>	<u>73.532</u>	<u>38.649</u>	<u>(32.873)</u>	<u>(21.306)</u>	<u>32.873</u>	<u>223.617</u>	<u>(132.942)</u>	<u>90.675</u>

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica "Activos tangíveis em curso" diz respeito a uma aplicação informática de contabilidade e de gestão que o Banco se encontra a implementar, estimando-se a sua entrada em produção no início de 2012.

9. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
<u>Despesas com custo diferido</u>		
Fundo de pensões (Nota 21)	4.158	4.337
Rendas e alugueres	2.300	2.300
	<u>6.458</u>	<u>6.637</u>
<u>Outros devedores</u>		
IVA a recuperar	90.345	-
Adiantamento a colaboradores	35.000	-
Pagamento especial por conta de IRC	5.300	5.300
	<u>130.645</u>	<u>5.300</u>
<u>Responsabilidades com pensões (Nota 21)</u>		
Valor do fundo de pensões autónomo	191.526	153.264
Valor das responsabilidades com serviços passados	(189.172)	(154.277)
Desvios actuariais		
- incluídos no corredor	19.153	15.428
- fora do corredor	1.424	5.992
	<u>22.931</u>	<u>20.407</u>
	<u>160.034</u>	<u>32.344</u>

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica "Outros devedores - Adiantamentos a colaboradores" diz respeito a um adiantamento efectuado a colaborador, tendo sido regularizado no início de Fevereiro de 2012.

Em 31 de Dezembro de 2011, o saldo registado na rubrica "Outros devedores - IVA a recuperar" corresponde ao apuramento líquido dos valores de IVA incorrido, dedutível e a autoliquidar referentes aos exercícios de 2009, 2010 e 2011 que resultaram de um trabalho específico efectuado pelo Banco durante o exercício de 2011.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

10. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Depósitos e outros recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
· Depósitos à ordem	274.511	49.834
· Depósitos a prazo	1.180.000	1.065.000
	<u>1.454.511</u>	<u>1.114.834</u>
Juros a pagar	131	-
	<u>1.454.642</u>	<u>1.114.834</u>
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os depósitos a prazo vencem juros a uma taxa média anual de 4%, tendo sido constituídos nos dias 30 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, respectivamente.

11. RECURSOS DE CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Depósitos à ordem	11.284.686	6.329.212
Depósitos a prazo	-	5.047.808
	<u>11.284.686</u>	<u>11.377.020</u>
Juros a pagar	-	198.549
	<u>11.284.686</u>	<u>11.575.569</u>
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2010, os depósitos a prazo venciam juros a uma taxa média anual de 6,33%.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

12. DERIVADOS DE COBERTURA

O Banco realiza operações com produtos derivados de cobertura no âmbito da sua actividade, com o objectivo de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais (Nota 2.4. d)).

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011			
	Nocional	Reavaliação positiva (activa)	Reavaliação negativa (passiva)	Total
Forwards cambiais		-	(363.929)	(363.929)
Compras	10.150.000			
Vendas	10.504.990			
	<u>20.654.990</u>	<u>-</u>	<u>(363.929)</u>	<u>(363.929)</u>

	2010			
	Nocional	Reavaliação positiva (activa)	Reavaliação negativa (passiva)	Total
Forwards cambiais		-	(96.180)	(96.180)
Compras	5.300.000			
Vendas	5.392.142			
	<u>10.692.142</u>	<u>-</u>	<u>(96.180)</u>	<u>(96.180)</u>

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o detalhe do elemento coberto e a sua reavaliação é a seguinte:

	2011			
	Montante (em USD)	Reavaliação positiva (activa)	Reavaliação negativa (passiva)	Total
Operação de crédito 1		353.024	-	353.024
Operação de crédito 2	4.409.600			
Operação de crédito 3	3.500.000			
Operação de crédito 4	391.812			
Operação de crédito 5	1.305.670			
Operação de crédito 6	1.307.690			
Operação de crédito 7	1.306.190			
	<u>13.526.302</u>	<u>353.024</u>	<u>-</u>	<u>353.024</u>

	2010			
	Montante (em USD)	Reavaliação positiva (activa)	Reavaliação negativa (passiva)	Total
Operação de crédito 1		92.142	-	92.142
Operação de crédito 2	3.427.500			
	3.777.480			
	<u>7.204.980</u>	<u>92.142</u>	<u>-</u>	<u>92.142</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

13. PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões nos exercicios de 2011 e 2010 foi o seguinte:

	2011			Saldo em 31-12-2011
	Saldo em 31-12-2010	Reforços	Reposições e anulações	
Provisões para riscos gerais de crédito (Nota 7)	39.701	125.539	(17.234)	148.006
Provisões para crédito vencido	-	5.493	(5.493)	-
	<u>39.701</u>	<u>131.032</u>	<u>(22.727)</u>	<u>148.006</u>

	2010				Saldo em 31-12-2010
	Saldo em 31-12-2009	Reforços	Reposições e anulações	Regularizações	
Provisões para riscos gerais de crédito (Nota 7)	75.065	59.404	(94.771)	3	39.701
Provisões para crédito vencido (Nota 7)	6.619	177.368	(183.987)	-	-
Provisões para risco país de crédito a clientes (Nota 7)	298.487	-	(298.487)	-	-
	<u>380.171</u>	<u>236.772</u>	<u>(577.245)</u>	<u>3</u>	<u>39.701</u>

14. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
<u>Outras exigibilidades:</u>		
Fornecedores	36.855	-
Segurança Social	7.656	3.588
Retenção de impostos na fonte	1.369	8.080
CAFEB	-	2.642
Outros	35.092	28.314
	<u>80.972</u>	<u>42.624</u>
<u>Encargos a pagar:</u>		
Férias e subsídio de férias	51.200	41.577
Encargos a pagar relativos a férias e subsídio de férias	14.987	13.504
Gastos gerais administrativos	61.980	30.105
Contribuições para o Fundo de Pensões (Nota 21)	8.406	4.000
	<u>136.573</u>	<u>89.186</u>
	<u>217.545</u>	<u>131.810</u>
	=====	=====

Com a publicação do Decreto-Lei n.1-A/2011, de 3 de Janeiro, todos os trabalhadores bancários beneficiários da CAFEB – Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários, incluindo os pertencentes ao Banco, foram integrados no Regime Geral de Segurança Social, a partir de 1 de Janeiro de 2011, passando a estar cobertos por este regime em matéria de pensões por velhice e nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
 (Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

15. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o capital está representado por 6.437.000 acções, com o valor nominal de 5 Euros cada, integralmente subscrito e realizado pelos seguintes accionistas:

	<u>Número de acções</u>	<u>Montante</u>	<u>% de participação</u>
Banco Rural, S.A.	6.417.689	32.088.445	99,70%
Kátia Rabello	9.656	48.280	0,15%
José Roberto Salgado	6.437	32.185	0,10%
Nora Rabello	3.218	16.090	0,05%
	<u>6.437.000</u>	<u>32.185.000</u>	<u>100,00%</u>
	=====	=====	=====

16. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Outras reservas e resultados transitados		
. Reserva legal	7.041.353	4.912.275
Resultado líquido	672.097	2.129.078
	<u>7.713.450</u>	<u>7.041.353</u>
	=====	=====

De acordo com o disposto no artigo 97º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro e alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 25 de Setembro, o Banco destina uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício à formação de uma reserva legal até um limite igual ao valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
 (Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

17. JUROS E RENDIMENTOS E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>Juros e rendimentos similares:</u>		
Juros de aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	1.608.820	1.941.073
Juros de crédito ao exterior	1.646.706	1.184.592
Juros de disponibilidades		
· No Banco de Portugal	1.480	1.052
· Em instituições de crédito no país	743	56
· Em instituições de crédito no estrangeiro	1.887	3.958
	<u>3.259.636</u>	<u>3.130.731</u>
<u>Juros e encargos similares:</u>		
Juros de depósitos de clientes		
· A prazo	235.583	353.898
· À ordem	29.083	20.466
	<u>264.666</u>	<u>374.364</u>
Juros de recursos de instituições de crédito no estrangeiro	48.015	19.309
	<u>312.681</u>	<u>393.673</u>

18. CUSTOS COM PESSOAL E NÚMERO MÉDIO DE EMPREGADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Remuneração do Conselho de Administração	204.469	186.475
Remuneração dos empregados	154.486	180.915
Custos com pensões (Nota 21)	32.058	49.524
Outros encargos sociais obrigatórios	102.236	82.909
Outros custos com pessoal	5.625	420
	<u>498.874</u>	<u>500.243</u>

A distribuição por categorias profissionais do número médio de empregados ao serviço do Banco nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 foi o seguinte:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Administradores	4	3
Funções administrativas e comerciais	4	5
	<u>8</u>	<u>8</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

19. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Publicidade e edição de publicações	551.047	-
Deslocações, estadas e representação	86.317	60.832
Rendas e alugueres	63.951	57.573
Comunicações	49.567	37.029
Material de consumo corrente	18.760	5.876
Água, energia e combustível	4.705	4.015
Serviços especializados:		
Auditoria	128.244	105.625
Avenças e honorários	181.020	95.805
Informática	28.706	22.257
Outros serviços de terceiros	35.855	9.221
Outros fornecimentos e serviços de terceiros	14.760	14.740
	-----	-----
	1.162.932	412.973
	=====	=====

No exercício de 2011, a rubrica "Publicidade e edição de publicações" inclui um contrato de publicidade celebrado com um piloto de desportos motorizados, no montante de 500.000 Euros.

No exercício de 2011, as rubricas "Serviços especializados - Auditoria" e "Serviços especializados - Avenças e honorários" incluem o montante total de 123.528 Euros relativos aos honorários facturados pelo Revisor Oficial de Contas durante o exercício de 2011, os quais incluem o montante de 24.348 Euros respeitante à revisão legal das contas e o montante de 99.180 Euros relativo a outros serviços de garantia de fiabilidade, divulgado para efeitos do cumprimento da alteração introduzida pelo Decreto-Lei nº 185/2009, de 12 de Agosto, ao Artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais.

20. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>Ganhos em diferenças cambiais:</u>		
Em divisas	5.697.266	4.105.447
Outras	39.134	32.1634
	-----	-----
	5.736.400	4.137.6101
	-----	-----
<u>Perdas em diferenças cambiais:</u>		
Em divisas	(6.108.144)	(4.079.216)
Outras	(183.769)	(26.409)
	-----	-----
	(6.291.913)	(4.105.625)
	-----	-----
	(555.513)	31.9856
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
 (Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

21. PENSÕES DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

O Banco subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV), tendo formalizado um contrato de seguro de pensões de benefício definido com a PensõesGere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Para determinação das responsabilidades com pensões de reforma em pagamento e por serviços passados dos empregados no activo, com referência a 31 de Dezembro de 2011 foi efectuado um estudo actuarial.

Em 31 de Dezembro de 2011 foi publicado o Decreto-Lei n.º 127/2011, que determina a transmissão das responsabilidades e activos dos fundos de pensões de um conjunto de instituições financeiras para a Segurança Social, tendo, no entanto, o Banco sido excluído dessa obrigação.

As diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados na determinação dos custos com pensões e os valores efectivamente verificados relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 são as seguintes:

	<u>Pressupostos</u>	<u>Real</u>
Método actuarial	Projected Unit Credit	
Tábua de mortalidade	TV 88/90	
Taxa de rendimento do Fundo	5%	2,5%
Taxa de crescimento salarial	2,5%	
Taxa de crescimento das pensões	1,5%	
Taxa técnica de juro (após a reforma)	4%	
Idade normal de reforma	65 anos	

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as responsabilidades com serviços passados de acordo com o estudo actuarial efectuado, assim como a respectiva cobertura, apresentavam o seguinte detalhe:

	31-12-2011		31-12-2010	
	<u>Número de pessoas</u>	<u>Responsabilidades</u>	<u>Número de pessoas</u>	<u>Responsabilidades</u>
Estimativa das responsabilidades por serviços passados:				
Activos (Nota 9)	<u>4</u>	<u>189.172</u>	<u>4</u>	<u>154.277</u>
Fundo de pensões autónomo (Nota 9)		191.526		153.264
Contribuições a entregar (Nota 14)		8.406		4.000
		<u>199.932</u>		<u>157.264</u>
Nível de financiamento		<u>105,69%</u>		<u>101,94%</u>
Estimativa das responsabilidades por serviços futuros		<u>640.518</u>		<u>654.225</u>

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o Banco não tem quaisquer responsabilidades com pensões relativamente a reformados e pensionistas.

Nos termos do Aviso nº 4/2005 de 28 de Fevereiro, do Banco de Portugal, é definida a obrigatoriedade de financiamento integral das responsabilidades com reformados e pré-reformados e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento no valor do fundo de pensões durante os exercícios de 2010 e 2011 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2009	101.051
Contribuições	54.644
Rendimento líquido do fundo	(2.430)
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2010	153.264
Contribuições	34.403
Rendimento líquido do fundo	3.859
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2011	191.526
	=====

O movimento ocorrido no valor das responsabilidades durante os exercícios de 2010 e 2011 foi o seguinte:

Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2009	106.675
Custo do serviço corrente	48.762
Custo dos juros	5.334
Ganhos e perdas actuariais	(6.494)
Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2010	154.277
Custo do serviço corrente	31.556
Custo dos juros	7.714
Ganhos e perdas actuariais	(4.375)
Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2011	189.172
	=====

O custo do exercício relativo a pensões inclui o encargo com os serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado dos activos do Fundo. Nos exercícios de 2011 e 2010, os custos com pensões registados na rubrica "Custos com pessoal" apresentam a seguinte composição (Nota 18):

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Custo do serviço corrente	31.556	48.762
Custo dos juros	7.714	5.334
Rendimento esperado	(7.638)	(5.030)
Amortização anual da inclusão do SAMS e subsídio por morte no fundo de pensões	426	458
	-----	-----
	32.058	49.524
	=====	=====

Durante o exercício de 2007, o Banco incluiu no Plano de Pensões da Adesão Colectiva as contribuições obrigatórias para o SAMS a seu cargo, conforme estabelecido na cláusula nº 144ª do ACTV e ainda a atribuição do subsídio por morte após reforma, conforme indicado na cláusula nº 142ª do referido Acordo. A inclusão destes benefícios correspondeu a um aumento de responsabilidades, no montante de 4.892 Euros, registado na rubrica "Despesas com custo diferido – Fundo de pensões". Este montante encontra-se a ser amortizado pelo número de anos correspondente ao diferencial entre a idade média previsível de reforma e a idade média dos empregados abrangidos pelo plano. O montante por amortizar em 31 de Dezembro de 2011 ascende a 4.158 Euros (Nota 9).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido nas rubricas de desvios actuariais relacionados com as responsabilidades com pensões nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, pode ser demonstrado como segue:

	Corredor (Nota 9)	Excesso face ao corredor (Nota 9)	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	13.683	7.051	20.734
Amortização de desvios em 2010	-	(279)	(279)
Desvios actuariais apurados em 2010	965	-	965
Reclassificação de desvios actuariais	780	(780)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	15.428	5.992	21.420
Amortização de desvios em 2011	-	(247)	(247)
Desvios actuariais apurados em 2011	(596)	-	(596)
Reclassificação de desvios actuariais	4.321	(4.321)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	19.153	1.424	20.577

Os desvios gerados em 2011 e 2010, apresentam o seguinte detalhe:

	2011	2010
Desvios actuariais	(4.375)	(6.494)
Desvios de rendimento	3.779	7.459
	-----	-----
	(596)	965
	=====	====

22. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes não reconhecidos nas demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 apresentam o seguinte detalhe:

	2011	2010
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales	541.000	1.142.302
Compromissos perante terceiros	1.985	900
	-----	-----
	542.985	1.143.202
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2011, o saldo da rubrica "Garantias e avales" corresponde a duas garantias prestadas em nome da Weser Financial Services e da Rebuilding Digitus et Negocius Ltda, no montante de 400.000 Dólares Norte Americanos e 300.000 Dólares Norte Americanos, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2010, o saldo da rubrica "Garantias e avales" corresponde a duas garantias prestadas em nome da Agroindustrial Espírito Santo do Turvo e em nome da Build Brasil no montante de 1.229.344 Dólares Norte Americanos e 297.000 Dólares Norte Americanos, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o saldo da rubrica "Compromissos perante terceiros" corresponde ao montante por utilizar do limite de crédito em conta corrente concedido à Bechic Catering S.L.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
 (Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

23. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as demonstrações financeiras do Banco incluem os seguintes saldos com entidades relacionadas:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito		
Rural Intl Bank – Nassau	788.881	31.948
Outros créditos sobre instituições de crédito (Nota 6)		
Banco Rural, S.A.	7.085.571	6.711.069
Rural Intl Bank – Nassau	-	753.630
	<u>7.874.452</u>	<u>7.496.646</u>
	=====	=====
Recursos de outras instituições de crédito		
Rural Intl Bank – Nassau	1.196.179	1.066.576
Banco Rural, S.A.	256.056	29.732
Banco Simples, S.A.	-	18.526
	<u>1.452.235</u>	<u>1.114.834</u>
	=====	=====
Derivados de cobertura		
Banco Rural, S.A.		
Compras	5.850.000	5.300.000
Vendas	6.164.081	5.392.142
	<u>12.014.081</u>	<u>10.692.142</u>
	=====	=====

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as demonstrações financeiras do Banco incluem os seguintes principais resultados em transacções com entidades relacionadas:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Juros e rendimentos similares	582.687	677.795
Juros e encargos similares	48.015	19.309
Custos com pessoal	39.618	41.958
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	(223.146)	(17.237)

24. JUSTO VALOR E RISCOS FINANCEIROS

Políticas de gestão dos riscos financeiros

O Conselho de Administração do Banco Rural Europa S.A é responsável pela aprovação das políticas e procedimentos de gestão de risco que vigoram na instituição, sob proposta do pessoal com funções operacionais. As políticas e procedimentos de gestão de risco encontram-se formalizados em normas internas. Tais políticas e procedimentos são revistas pelo Conselho de Administração, pelo menos, duas vezes por ano.

O Banco tem estipulado qual o tipo de informação necessária (incluindo a informação sobre gestão de risco), quais as pessoas responsáveis, bem como qual a frequência com que tal informação deve ser reportada ao Conselho de Administração.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Risco de crédito

O risco de crédito consiste no grau de incerteza dos retornos esperados de activos, decorrente de incumprimento das obrigações do mutuário de um empréstimo (e seu avalista, se existir), do emitente de um título ou da contraparte de um contrato.

A actividade de crédito do Banco está, sobretudo, vocacionada para operações de "Trade Finance". O Banco tem consciência de que devido à concentração de crédito num tipo de produto e à sua reduzida dimensão, não pode comportar grandes riscos de crédito. Por conseguinte, as suas políticas de concessão de crédito são bastante conservadoras. A pouca propensão ao risco de crédito consubstancia-se, entre outros aspectos, nos seguintes:

- Concessão de crédito e garantias sobretudo a clientes com boa capacidade creditícia, referenciados pelo Banco Rural S.A.;
- Operações de crédito de curto prazo (com prazos inferiores a um ano);
- Mitigação do risco de crédito através de colaterais ou garantias, com níveis de cobertura próximos dos 100%.

O Banco tem instituído limites para aprovação de crédito. Os créditos que excedem tais limites têm de ser ratificados pelo Conselho de Administração. De cada vez que os clientes que entram em incumprimento, o sistema de informação do Banco produz relatórios de excepção, os quais são analisados pela gestão operacional.

O Conselho de Administração monitoriza periodicamente as exposições de crédito significativas, a evolução da qualidade da carteira de crédito, assim como a adequação das provisões.

Risco de mercado

O risco de mercado traduz-se na perda potencial de uma determinada carteira de activos financeiros, na sequência da evolução desfavorável de cotações bolsistas, tendo em conta quer a correlação existente entre tais activos, quer a sua volatilidade.

Este risco é praticamente negligenciável, uma vez que não é habitual o banco dispor de carteira de títulos. Pontualmente, o banco investe em títulos, mas esta não tem sido a sua opção de aplicação de fundos, exactamente, porque não é sua política incorrer em risco de mercado. Os investimentos em títulos cotados, quando ocorrem, têm um horizonte temporal curto e objectivos e propósitos específicos, previamente definidos e autorizados pelo Conselho de Administração.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro corresponde ao risco do justo valor ou dos fluxos de caixa associados a um determinado instrumento financeiro se alterarem em resultado de uma alteração das taxas de juro de mercado.

De uma maneira geral, as aplicações do Banco são remuneradas a taxas de juro bastantes superiores às taxas que o Banco obtém para fazer o *funding* de tais operações. Isto porque, as taxas de juro activas têm como referência as taxas mais elevadas praticadas no Brasil, enquanto que as taxas de juro passivas têm como referencial as taxas mais baixas praticadas nos mercados europeus e norte-americano. Desta forma, operando com margens de manobra confortáveis entre taxas de juro activas e passivas, o Banco protege-se contra o risco de taxa de juro.

Risco cambial

O risco cambial reflecte a perda potencial na posição patrimonial do Banco, na sequência da evolução desfavorável de taxas de câmbio.

As principais moedas com que o Banco opera são o euro e o dólar norte-americano. O Banco tem instituído limites para exposição cambial. Para além disso, o Banco procura de forma activa não incorrer em grandes riscos cambiais, de uma forma geral mantendo, para cada moeda, as suas posições activas e passivas niveladas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Risco de liquidez

O risco de liquidez corresponde ao risco de o Banco ter dificuldades na obtenção de fundos de forma a cumprir os seus compromissos.

O perfil de liquidez do Banco é facilmente previsível, dada a reduzida complexidade das suas operações e a relativa estabilidade do seu *mix* de operações activas e passivas.

A avaliação do risco de liquidez é efectuada, quer por indicadores regulamentares requeridos pelo Banco de Portugal, quer por outros indicadores definidos internamente. Para estes últimos, o Conselho de Administração define quais os limites de exposição.

Os relatórios com as posições de liquidez para todas as moedas são analisados, numa base diária, quer pela gestão operacional, quer por membros da administração do Banco.

Para fazer face a necessidades pontuais de liquidez, o Banco dispõe de linhas de crédito "back up" quer junto do principal accionista, quer junto de bancos correspondentes.

Risco cambial

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	31-12-2011		
	Moeda		
	Euros	Dólares Norte Americanos	Total
<u>Activo</u>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	161.942	-	161.942
Disponibilidades em outras instituições de crédito	12.958.410	3.026.509	15.984.919
Aplicações em instituições de crédito	12.528.818	-	12.528.818
Crédito a clientes	6.408.968	17.915.358	24.324.326
	<u>32.058.138</u>	<u>20.941.867</u>	<u>53.000.005</u>
<u>Passivo</u>			
Recursos de outras instituições de crédito	(1.231.180)	(223.462)	(1.454.642)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(4.924)	(11.279.762)	(11.284.686)
	<u>(1.236.104)</u>	<u>(11.503.224)</u>	<u>(12.739.328)</u>
	<u>30.822.034</u>	<u>9.438.643</u>	<u>40.260.677</u>
	31-12-2010		
	Moeda		
	Euros	Dólares Norte Americanos	Total
<u>Activo</u>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	121.609	-	121.609
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.252.738	3.819.720	5.072.458
Aplicações em instituições de crédito	27.951.907	3.018.796	30.970.703
Crédito a clientes (saldos brutos)	5.309.290	10.587.168	15.896.458
	<u>34.635.544</u>	<u>17.425.684</u>	<u>52.061.228</u>
<u>Passivo</u>			
Recursos de outras instituições de crédito	(1.093.492)	(21.342)	(1.114.834)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(22.408)	(11.553.161)	(11.575.569)
	<u>(1.115.900)</u>	<u>(11.574.503)</u>	<u>(12.690.403)</u>
	<u>33.519.644</u>	<u>5.851.181</u>	<u>39.370.825</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

O Banco realiza operações com produtos derivados de cobertura no âmbito da sua actividade, com o objectivo de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais. O Banco tem como política, sempre que capta recursos ou concede crédito, efectua o *matching* cambial entre o activo e o passivo destas operações, quer em termos de valor e maturidade. Neste contexto, o Banco considera que a sua exposição ao risco cambial é imaterial pelo que a divulgação de informação sobre a sua sensibilidade é redundante.

Risco de liquidez

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

	31-12-2011				Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a a 1 ano	Superior a 1 ano	
<u>Activo</u>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	930	161.012	-	-	161.942
Disponibilidades em outras instituições de crédito	15.984.919	-	-	-	15.984.919
Aplicações em instituições de crédito	-	6.365.863	6.162.955	-	12.528.818
Crédito a clientes	-	3.630.592	4.602.426	16.091.308	24.324.326
	<u>15.985.849</u>	<u>10.157.467</u>	<u>10.765.381</u>	<u>16.091.308</u>	<u>53.000.005</u>
<u>Passivos</u>					
Recursos de outras Instituições de Crédito	(274.511)	(1.180.131)	-	-	(1.454.642)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(11.284.686)	-	-	-	(11.284.686)
	<u>(11.559.197)</u>	<u>(1.180.131)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(12.739.328)</u>
Diferencial	<u>4.426.652</u>	<u>8.977.336</u>	<u>10.765.381</u>	<u>16.091.308</u>	<u>40.260.677</u>

	31-12-2010				Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a a 1 ano	Superior a 1 ano	
<u>Activo</u>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	381	121.228	-	-	121.609
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5.072.458	-	-	-	5.072.458
Aplicações em instituições de crédito	-	20.088.200	10.882.503	-	30.970.703
Crédito a clientes (saldos brutos)	-	8.945.634	4.074.328	2.876.496	15.896.458
	<u>5.072.839</u>	<u>29.155.062</u>	<u>14.956.831</u>	<u>2.876.496</u>	<u>52.061.228</u>
<u>Passivos</u>					
Recursos de outras instituições de crédito	(49.834)	(1.065.000)	-	-	(1.114.834)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(6.329.212)	(2.473.151)	(2.773.206)	-	(11.575.569)
	<u>(6.379.046)</u>	<u>(3.538.151)</u>	<u>(2.773.206)</u>	<u>-</u>	<u>(12.690.403)</u>
Diferencial	<u>(1.306.207)</u>	<u>25.616.911</u>	<u>12.183.625</u>	<u>2.876.496</u>	<u>39.370.825</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Risco de taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte exposição ao risco da taxa de juro:

	31-12-2011			Total
	Taxa fixa	Taxa variável	Não sujeito a risco de taxa de juro	
<u>Activo</u>				
Caixa e Disponibilidades em bancos centrais	-	161.012	930	161.942
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	18.748	15.966.171	15.984.919
Aplicações em instituições de Crédito	12.528.818	-	-	12.528.818
Crédito a clientes	24.324.326	-	-	24.324.326
	<u>36.853.144</u>	<u>179.760</u>	<u>15.967.101</u>	<u>53.000.005</u>
<u>Passivos</u>				
Recursos de outras instituições de crédito	(1.180.131)	-	(274.511)	(1.454.642)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	(11.284.686)	(11.284.686)
	<u>(1.180.131)</u>	<u>-</u>	<u>(11.559.197)</u>	<u>(12.739.328)</u>
Exposição Líquida	<u>35.673.013</u>	<u>179.760</u>	<u>4.407.904</u>	<u>40.260.677</u>
	31-12-2010			Total
	Taxa fixa	Taxa variável	Não sujeito a risco de taxa de juro	
<u>Activo</u>				
Caixa e Disponibilidades em bancos centrais	-	121.228	381	121.609
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	62.261	5.010.197	5.072.458
Aplicações em instituições de Crédito	30.970.703	-	-	30.970.703
Crédito a clientes (salDOS brutos)	15.896.458	-	-	15.896.458
	<u>46.867.161</u>	<u>183.489</u>	<u>5.010.578</u>	<u>52.061.228</u>
<u>Passivos</u>				
Recursos de outras instituições de crédito	(1.065.000)	-	(49.834)	(1.114.834)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(5.246.357)	-	(6.329.212)	(11.575.569)
	<u>(6.311.357)</u>	<u>-</u>	<u>(6.379.046)</u>	<u>(12.690.403)</u>
Exposição Líquida	<u>40.555.804</u>	<u>183.489</u>	<u>(1.368.468)</u>	<u>39.370.825</u>

A grande maioria dos activos e passivos financeiros são remunerados a taxa fixa ou não são remunerados, não estando por isso sujeitos às flutuações da taxa de juro. Neste contexto, o Banco considera que a sua exposição ao risco de taxa de juro é imaterial pelo que a divulgação de informação sobre a sua sensibilidade é redundante.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Justo valor

A comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais activos e passivos registados pelo custo amortizado em 31 de Dezembro de 2011 é apresentado no quadro seguinte:

	Saldos Analisados			Valor de balanço Total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	
<u>Activo</u>				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	161.942	161.942	-	161.942
Disponibilidades em outras instituições de crédito	15.984.919	15.984.919	-	15.984.919
Aplicações em Instituições de Crédito	12.528.818	12.528.818	-	12.528.818
Crédito a Clientes (saldos brutos)	24.324.326	24.324.326	-	24.324.326
	<u>53.000.005</u>	<u>53.000.005</u>	<u>-</u>	<u>53.000.005</u>
<u>Passivo</u>				
Recursos de outras instituições de crédito	(1.454.642)	(1.454.642)	-	(1.454.642)
Recursos de clientes	(11.284.686)	(11.284.686)	-	(11.284.686)
	<u>(12.739.328)</u>	<u>(12.739.328)</u>	<u>-</u>	<u>(12.739.328)</u>

Os pressupostos utilizados na elaboração deste mapa foram os seguintes:

- Aplicações em instituições de crédito: dado tratarem-se de aplicações de muito curto prazo, o Banco considera que o valor contabilístico é uma aproximação razoável do seu justo valor.
- Crédito a clientes: parte significativa das operações de crédito do Banco tem prazo até 1 ano, pelo que o Banco considera que o valor contabilístico é uma aproximação razoável do seu justo valor. Em 31 de Dezembro de 2011, o Banco detém operações que totalizam 16.109.726 Euros cujo prazo é superior a 1 ano. Para estas operações, o Banco considera que, dado que o seu negócio corresponde, essencialmente, a financiamento do comércio externo, as condições de financiamento a estes clientes não se alteraram após a data de concessão do crédito. Deste modo, para estas operações, o Banco considera que o valor contabilístico é uma aproximação razoável do seu justo valor.
- Recursos de outras instituições de crédito e de clientes: dado tratarem-se de recursos quer à vista quer a muito curto prazo, o Banco considera que o valor contabilístico é uma aproximação razoável do seu justo valor.

Em 31 de Dezembro de 2010, o justo valor de activos mantidos ao custo amortizado é o seguinte:

	Saldos Analisados			Valor de balanço Total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	
<u>Activo</u>				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	121.609	121.609	-	121.609
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5.072.458	5.072.458	-	5.072.458
Aplicações em Instituições de Crédito	30.970.703	30.970.703	-	30.970.703
Crédito a Clientes (saldos brutos)	15.896.458	15.896.458	-	15.896.458
	<u>52.061.228</u>	<u>52.061.228</u>	<u>-</u>	<u>52.061.228</u>
<u>Passivo</u>				
Recursos de outras instituições de crédito	(1.114.834)	(1.114.834)	-	(1.114.834)
Recursos de clientes	(11.575.569)	(11.575.569)	-	(11.575.569)
	<u>(12.690.403)</u>	<u>(12.690.403)</u>	<u>-</u>	<u>(12.690.403)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Os pressupostos utilizados na elaboração deste mapa foram os seguintes:

- Aplicações em instituições de crédito: dado tratarem-se de aplicações de muito curto prazo, o Banco considera que o valor contabilístico é uma aproximação razoável do seu justo valor.
- Crédito a clientes: parte significativa das operações de crédito do Banco tem prazo até 1 ano, pelo que o Banco considera que o valor contabilístico é uma aproximação razoável do seu justo valor. Em 31 de Dezembro de 2010, o Banco detém uma operação de crédito no montante de 2.850.995 Euros concedida por um prazo de 5 anos. Para esta operação, o Banco considera que, dado que o seu negócio corresponde, essencialmente, a financiamento do comércio externo, as condições de financiamento a este cliente não se alteraram após a data de concessão do crédito. Deste modo, para esta operação, o Banco considera que o valor contabilístico é uma aproximação razoável do seu justo valor.
- Recursos de outras instituições de crédito e de clientes: dado tratarem-se de recursos quer à vista quer a muito curto prazo, o Banco considera que o valor contabilístico é uma aproximação razoável do seu justo valor.

Fundos próprios

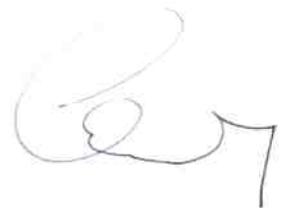
Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o detalhe dos fundos próprios do Banco apresenta-se de seguida:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Fundos próprios totais	39.225.343 =====	37.095.460 =====
Requisitos de fundos próprios	3.938.757 =====	3.932.816 =====
Rácio de solvabilidade	79,7%	75,5%

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em Assembleia Geral realizada em 1 de Fevereiro de 2012 foi aprovada a alteração da sede social do Banco para o seu escritório em Lisboa (Nota 1).







Deloitte & Associados, S.R.L.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Edifício Atium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º
1050-094 Lisboa,
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
Fax: +(351) 210 427 990
www.deloitte.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

(Montantes expressos em Euros)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Rural Europa, S.A. (Banco), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 que evidencia um total de 53.367.258 Euros e capital próprio de 39.898.450 Euros, incluindo um resultado líquido de 672.097 Euros, as Demonstrações do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Rural Europa, S.A. em 31 de Dezembro de 2011, bem como o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal (Nota 2.1).

Ênfase

5. O Grupo Rural, no qual o Banco Rural Europa, S.A. se insere, procedeu, no segundo semestre de 2008, à revisão do seu Plano Estratégico de Negócios, visando a adaptação do referido plano às mudanças no cenário macroeconómico e no mercado em que o Grupo actua. O Conselho de Administração do Grupo acredita que o Plano Estratégico de Negócios revisto é viável e será plenamente atingido. Adicionalmente, conforme referido na Nota 1 do Anexo, a partir de 31 de Dezembro de 2011, as operações das instituições de crédito e Sociedades Financeiras instaladas na Zona Franca da Madeira deixaram de estar isentas de imposto sobre o rendimento das Pessoas Colectivas e outros impostos. Nesse sentido, o Banco informou o Banco de Portugal da sua decisão de passar a operar com clientes, residentes ou não, encontrando-se actualmente a integrar o seu novo modelo de negócio. Adicionalmente, em Assembleia Geral realizada em 1 de Fevereiro de 2012 foi aprovada a alteração da sede social do Banco para o seu escritório em Lisboa.

Relato sobre outros requisitos legais

6. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício de 2011.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2012



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por José António Mendes Garcia Barata

Av. Manuel de Arriaga, Edifício Arriaga, nº 42 – B 4º Andar, Sala 4.4
9000 - 064 Funchal

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Accionistas,

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida sobre os documentos de prestação de contas do **BANCO RURAL EUROPA, S.A.**, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração e referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

RELATÓRIO

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade do Banco, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços do Banco as informações e os esclarecimentos solicitados.

Após o encerramento das contas e no âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2011, as Demonstrações do rendimento integral, de alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo, incluindo as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados.

Adicionalmente, analisámos o Relatório de Gestão do exercício de 2011, preparado pelo Conselho de Administração e a proposta de aplicação dos resultados nele incluída.

Apreciámos a Certificação Legal das Contas emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com a qual concordamos.

PARECER

Face ao exposto, somos de opinião que, as Demonstrações Financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas:

Handwritten signature and checkmark in blue ink.

Av. Manuel de Arriaga, Edifício Arriaga, nº 42 – B 4º Andar, Sala 4.4
9000 - 064 Funchal

- a) O Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011;
- b) A proposta de aplicação dos resultados incluída no referido Relatório de Gestão.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 19 de Março de 2012

O CONSELHO FISCAL

Aurora Fernanda Vicente da Silva Baptista
Presidente



João Pedro Gomes Pereira de Matos
Vogal



João Carlos de Almeida Fernandes
Vogal



BANCO RURAL EUROPA S.A.
Av. Manuel de Arriaga n.º 42 - B 4.º Andar Sala 4.4
9000-064 Funchal
C.A.E.: 65120
Data da Matricula: 99.02.12
Conservatória: Zona Franca da Madeira

N.I.P.C. e Matricula: 511 133 340

Capital Social: 32.185 000,00 Euros

ACTA N.º 40

Aos trinta dias do mês de Março de dois mil e doze, pelas dez horas, reuniu a Assembleia-geral da Sociedade **BANCO RURAL EUROPA, SA**, na sua sede social, sita na Avenida Manuel de Arriaga - Edifício Arriaga, quarenta e dois - B, quarto andar, Sala quatro ponto quatro, Freguesia da Sé, concelho do Funchal, com o NIPC e de matrícula na Conservatória do Registo Comercial da Zona Franca da Madeira, quinhentos e onze milhões, cento e trinta e três mil, trezentos e quarenta, com o capital social integralmente realizado de trinta e dois milhões, cento e oitenta e cinco mil Euros, representado por seis milhões, quatrocentas e trinta e sete mil acções, no valor nominal de cinco Euros cada uma.

Estiveram presentes todos os acionistas a saber:

- "Banco Rural, S.A.", detentor de trinta e dois milhões, oitenta e oito mil quatrocentos e quarenta e cinco Euros, representando seis milhões, quatrocentas e dezassete mil, seiscentas e oitenta e nove acções, representado pelo Dr. José Roberto Salgado;

- Dr.ª Kátia Rabello, detentora do capital de quarenta e oito mil, duzentas e oitenta Euros, representando nove mil, seiscentas e cinquenta e seis acções;

- Dr.ª Nora Rabello, detentora do capital de dezasseis mil e noventa Euros, representando três mil, duzentas e dezoito acções;

- Dr. José Roberto Salgado, detentor do capital de trinta e dois mil, cento e oitenta e cinco Euros, representando seis mil, quatrocentas e trinta e sete acções;

A Assembleia-geral foi devidamente convocada, por aviso convocatório publicado no jornal Diário de Notícias da Madeira aos seis dias do mês de Março de 2012, obedecendo a todas as formalidades legalmente previstas.

Estiveram também presentes, a convite, o Revisor Oficial de Contas da Sociedade, Deloitte & Associados, SROC, S.A., representada pelo Dr. José António Mendes Garcia Barata (ROC), bem como a presidente do Conselho Fiscal, Dr.ª Aurora Fernanda Vicente da Silva Baptista.

A Assembleia-geral foi presidida pelo Dr. José Roberto Salgado e secretariada pela Dra. Ângela Paula Gomes de Andrade, os quais representam o Conselho de Administração da sociedade. Verificou-se estar aqui representada a totalidade do capital social.

Declarou-se aberta a sessão, tendo a ordem de trabalhos sido a seguinte:

BANCO RURAL EUROPA S.A.

Av. Manuel de Arriaga n.º 42 - B 4.º Andar Sala 4.4

9000-064 Funchal

C.A.E.: 65120

Data da Matricula: 99.02.12

Conservatória: Zona Franca da Madeira

N.I.P.C. e Matricula: 511 133 340

Capital Social: 32.185 000,00 Euros

Ponto Um: Relatório de Gestão e Contas do exercício de 2011;

Ponto Dois: Proposta de aplicação de Resultados;

Ponto Três: Apreciação dos órgãos sociais da Sociedade;

Ponto Um: O Presidente pôs à discussão o ponto um, tendo formulado a proposta no sentido de ser feita a leitura do Relatório de Gestão e Contas do Conselho de Administração, relativos ao ano de dois mil e onze, não obstante estes documentos terem estado disponíveis para consulta dos senhores Acionistas, na sede social desta Sociedade, nos prazos legalmente previstos. Foi discutida a proposta de aplicação de resultados do exercício a distribuir aos acionistas, conforme sugestão do Conselho de Administração porém, a proposta não foi aceite.

Ponto Dois: Foi posta à apreciação e discussão da Assembleia a proposta de aplicação dos resultados do Banco Rural, S.A., acionista maioritário aqui representado pelo Dr. José Roberto Salgado, para que os resultados fossem transitados para a rubrica reservas legais dada a iminente necessidade de capitalizar o Banco. A proposta submetida à votação foi unanimemente aprovada, tendo sido transitado para a rubrica reservas legais o valor de 672.097,23 Euros (seiscentos e setenta e dois mil, noventa e sete euros e vinte e três cêntimos).

Ponto Três: A Dr.ª Kátia Rabello apresentou uma proposta no sentido de ser reiterada a confiança nos membros do Conselho de Administração e dos Órgãos de Fiscalização que desempenharam as suas funções de uma forma empenhada, profissional e responsável, salientando-se, em especial, os membros do Conselho de Administração, os quais emprestaram ao seu mandato uma criteriosa e dedicada gestão.

Posto à apreciação o presente ponto da ordem de trabalhos foi o mesmo aprovado por unanimidade.

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada esta Assembleia, pelas onze horas e trinta minutos e lavrada a presente ata que, por estar conforme, vai ser assinada, pela Presidente e pelo Secretário.

BANCO RURAL EUROPA S.A.

Av. Manuel de Arriaga n.º 42 - B 4.º Andar Sala 4.4

9000-064 Funchal

C.A.E.: 65120

Data da Matricula: 99.02.12

Conservatória: Zona Franca da Madeira

N.I.P.C. e Matricula: 511 133 340

Capital Social: 32.185 000,00 Euros

ADITAMENTO/CORREÇÃO À ATA N.º 40

Na descrição da ordem de trabalhos da Ata n.º 40 omitiu-se, por lapso, a conclusão da discussão do Ponto 1: Relatório de Gestão e Contas do exercício de 2011. Assim, procede-se agora à redação completa do Ponto Um: _____

"Ponto Um: O Presidente pôs à discussão o Ponto Um, tendo formulado a proposta no sentido de ser feita a leitura do Relatório de Gestão e Contas do Conselho de Administração, relativos ao ano de dois mil e onze, não obstante estes documentos terem estado disponíveis para consulta dos senhores Acionistas, na sede social desta Sociedade, nos prazos legalmente previstos. Foi aprovado o Relatório de Gestão e as contas do exercício, à exceção constante do Ponto Dois."

Por seu turno, a última frase constante do Ponto Um deve antes integrar o Ponto Dois: Proposta de aplicação de resultados. Deste modo, a correta redação do Ponto Dois é a seguinte: _____

"Ponto Dois: Foi discutida a proposta de aplicação de resultados do exercício a distribuir aos acionistas, conforme sugestão do Conselho de Administração, porém a proposta não foi aceite. Foi, então, posta à apreciação e discussão da Assembleia a proposta de aplicação dos resultados do Banco Rural, S.A., acionista maioritário aqui representado pelo Dr. José Roberto Salgado, para que os resultados fossem transitados para a rubrica reservas legais dada a iminente necessidade de capitalizar o Banco. A proposta submetida à votação foi unanimemente aprovada, tendo sido transitado para a rubrica reservas legais o valor de 672.097,23 Euros (seiscentos e setenta e dois mil noventa e sete euros e vinte e três cêntimos)."

O presente aditamento será assinado pelo Dr. José Roberto Salgado, que presidiu a Assembleia Geral a que se refere a Ata n.º 40, e pela Dra. Ângela Paula Gomes de Andrade, que então exerceu as funções de Secretária da Mesa. _____

Feito em Lisboa, ao 28 de Maio de 2012

